

XI Congresso Brasileiro de Sociologia
1 a 5 de setembro de 2003, UNICAMP, Campinas, SP
GT 18. Relações Sociais e Meio Ambiente

Título: Integração regional e iniciativas sustentáveis no Médio Paraíba do Sul – RJ¹

Autores: Elza Maria Neffa Vieira de Castro² e Roberto José Moreira³

Introdução

Este artigo pretende ressaltar que a região do Médio Paraíba do Sul caracterizou-se, no século XX, pela implementação de práticas produtivas - atividades industriais no vale do rio Paraíba do Sul e agropecuárias no vale do rio Preto -, cujos mecanismos de apropriação dos recursos naturais foram determinantes nas transformações socioambientais empreendidas nesse espaço regional.⁴ Estas alterações influenciaram a ampliação da consciência ecológica da população e contribuíram para a consolidação de políticas governamentais e não-governamentais, que fomentaram ações e projetos coletivos, consoantes às necessidades de uma sociedade que tem buscado caminhos possibilitadores de uma sustentabilidade regional e tem se preocupado com a importância da solidariedade das gerações presentes com as gerações futuras.

Formado pelos municípios de Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda, o Médio Paraíba fluminense configura-se por profundas disparidades intra-regionais, embora mantendo uma unidade no que diz respeito à diversidade ambiental e às inúmeras relações físico-territoriais, econômicas e culturais, que caracterizam os processos de revalorização do mundo rural.

As ações institucionais que visam a integração das bacias do rio Paraíba do Sul e do rio Preto, na atualidade, refletem inserções na lógica dialógica, na medida em que compreendem que os fatores poluidores não são isolados, mas sim diversidades organicamente interligadas, partes de um todo maior, e que a interdependência entre os ecossistemas, evidenciada a partir da interligação de todos os seres e do relacionamento entre tudo o que existe, em todos os pontos e em todos os momentos, explicita o papel de cada um na teia de relações, sendo este o ponto de partida para a construção de iniciativas sustentáveis (Castro: 2001, 238).

¹ Apresentado no XI Congresso Brasileiro de Sociologia, no GT 18. Relações Sociais e Meio ambiente. Campinas, UNICAMP, Setembro de 2003. Artigo desenvolvido no âmbito das atividades do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Sustentável e Ruralidades. (www.ruralidades.org.br). Primeira versão publicada em *Ruralidades*. Rio de Janeiro: Cpd, UFRuralRJ, n. 5, outubro, 2002. (Castro e Moreira, 2002)

² Educadora, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Professora-pesquisadora da Faculdade de Educação/Proped da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ e Coordenadora Geral do Projeto de Educação Ambiental do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara - PEA/PDBG.

³ Agrônomo, PhD em Economia, Professor-pesquisador da UFRural/RJ, ICHS, DDAS, CPDA. moreirarob@alternex.com.br

⁴ Artigo desenvolvido a partir das pesquisas realizadas na região do Médio Paraíba fluminense, no bojo da construção da tese de doutorado intitulada *Desenvolvimento e Degradação Ambiental – estudo na região do Médio Paraíba do Sul*, (Castro, 2001).

O entendimento da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul de forma sistêmica, com a complexidade das questões que afetam não só os cursos hídricos, mas também, as suas populações (vegetais, animais e humanas), com a incidência de enchentes, erosões, desmatamentos, envenenamentos por gases tóxicos, agrotóxicos, efluentes industriais etc. e o rompimento com as tradicionais fronteiras físico-políticas dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, por onde estende-se o leito deste rio, exige a integração dos poderes municipais, estaduais e federal, e propicia empreendimentos regionais de estudos, programas e planos de ação como partes complementares, integradas e consoantes aos anseios de reversão do quadro de degradação socioambiental existente na região e de implementação de práticas socioeconômicas, alternativas ao modelo desenvolvimentista moderno (Castro: 2001, 239).

Nesta região brasileira, sob a égide dos discursos do desenvolvimento rural sustentável, a ambiência da hegemonia globalizada impulsiona manifestações contemporâneas de novas ruralidades, em que o espaço agrário deixa de ser exclusivo das atividades agrícolas, passando a ser compreendido como lugar de uma sociabilidade mais complexa, que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e transnacionais. Nessas redes, locais e globais, as identidades expressam-se como fruto das contingências sociais vivenciadas no passado, no presente e projetadas para o futuro. Dessa forma, a possibilidade de existência de uma identidade, no ambiente relacional, requer a existência de outras identidades para se revelar. Em outras palavras, o estabelecimento de uma identidade rural prescinde de relações com algo que a cultura caracteriza como não-rural. O uno requer o diverso, o rural requer o não-rural.

No processo de revalorização do mundo rural, essas redes sociais envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção, com dinamização de agroindústrias associativas de agricultores familiares), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), a expansão do turismo rural (ecológico e cultural), a valorização de etnias e da cultura local, popular e tradicional, através de festas, rodeios e feiras agropecuárias, onde são comercializados produtos artesanais e manufaturas ligados ao natural (Moreira: 2002, 22).

Esses processos de revalorização do mundo rural consolidam atividades em cidades interioranas, atividades ao mesmo tempo impregnadas de elementos rurais e urbanos, que estão associadas à ampliação de processos participativos de planejamento e gestão social. Na região do Médio Paraíba do Sul, estes processos ocorrem através dos Consórcios Regionais de Desenvolvimento e nos Consórcios Intermunicipais de Saúde e de Turismo, para citar apenas alguns, dentre os apresentados neste estudo.

A ressignificação do rural como natureza e a mutação da noção de ser humano

A análise aqui empreendida enfatiza que a realidade humana é culturalmente construída, apresentando-se, ao mesmo tempo, como realidade objetiva e subjetiva, como produto do trabalho e do conhecimento humano e não como um dado, com leis biofísicas eternas e imutáveis. A natureza que se pressupõe como rural, por sua localização territorial e por suas

potencialidades ecossistêmicas, é uma realização da cultura, sendo os valores, concebidos como rurais, realizações da cultura hegemônica - citadina, industrial e globalizada - que constrói uma imagem do rural, sob seu domínio, carregada das noções de agrícola, atrasado, tradicional, rústico, selvagem, incivilizado e resistente a mudanças. Na atualidade, tensões de diversos âmbitos societários (visualizadas na estética, na ciência e tecnologia, na sociedade civil, no Estado, no mercado e mesmo na espiritualização (Leis,1999)) apontam para uma ressignificação da imagem de um rural agrícola para um rural como natureza e, com ela, para a mutação da noção de ser humano.

A ressignificação do conceito de ser humano, assumido na sociedade contemporânea como uma realidade relacional entre corpo & mente⁵ interdependente de uma realidade incerta, indeterminada e complexa, articula-se à consideração do trabalho produtivo como produtor não apenas de bens materiais, mas também de bens imateriais e de signos, dentre os quais a cultura e os conhecimentos científicos, submetidos que estão à indústria das comunicações das sociedades tidas como pós-modernas ou globalizadas.

Ao associar-se à noção marxiana de que ao transformar a natureza (biofísica e social) o ser humano transforma a si mesmo (em uma unidade corpo & mente) avança-se na compreensão de que a natureza é elemento fundamental na identidade desse ser. “Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza”, observa Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844.

Aprofundando a leitura de Marx, Lukács⁶ vê que a ontologia do ser social abrange a natureza e esta é, para ele, a totalidade do mundo físico que circunda o ser humano. Este, por sua vez, com ela se relaciona através de uma atividade vital consciente, que diferencia-o do animal e particulariza sua ação. A capacidade que este ser tem de produzir universalmente, relacionando-se independentemente do produto, reproduzindo não só a natureza, mas também a sua própria natureza, faz com que o homem surja como um ser de transformação do mundo concreto e se afirme como produtor da vida útil. Para Marx, a consciência que o homem tem de que é parte da natureza protege-o de desenvolver uma relação instrumentalista com ela (Castro: 2001, 59-65).

Como ser humano natural, é provido de forças vitais, é “um ser natural objetivo”, “ser da natureza”. No processo de produção, o que aparece como “força de trabalho” é, em sua origem, “força vital”. Segundo Bensaid (1999,437), uma propriedade enigmática da “força vital” manifesta-se na capacidade da força de trabalho de fornecer mais do que o necessário para a reprodução do homem.

Ao considerar a troca orgânica entre o ser humano e a natureza, mediada pelo trabalho, como o nó estratégico do ser social, Marx concebe a natureza como unidade do sujeito e do objeto e como unidade do movimento. O reconhecimento do fundamento neomarxista na análise empreendida em busca de caminhos possibilitadores de mais integração do ser

⁵ Moreira utiliza o símbolo & num sentido distinto de e, pretendendo representar a unidade inseparável entre dois elementos tidos como separáveis na cultura ocidental e não no sentido de união de duas instâncias previamente separadas.

⁶ *Para a ontologia do ser social*. Tradução do original em alemão Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins. Darmstadt: Luchterhand, 1984, por Mário Duayer, Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense. Versão preliminar (maio/96).

humano ao cosmos remete à questão da sustentabilidade ambiental e socioambiental, na perspectiva interpretativa dos que não vêem a superação do capitalismo nas sociedades contemporâneas, mas percebem a “produção da existência humana como um processo de produção material e imaterial que envolve capacidades de trabalho biofísicas & intelectuais e de trabalho individual e coletivo” (Moreira, 1999: 251).

A esfera de produção incluiria, então, tanto a produção e a apropriação do conhecimento técnico-científico na ordem competitiva capitalista, como a possibilidade de apropriação de conhecimentos culturais rotineiros de culturas não-hegemônicas, como as camponesas, de curandeiros, de minorias e das novas ruralidades.

Na tentativa de entender a globalização contemporânea, Santos (2002) analisa o complexo exercício da hegemonia e de suas legitimações discursivas e visualiza as relações do local e do global, em suas formas e discursos hegemônicos (de cima para baixo) e contra-hegemônicos (de resistência ou de baixo para cima). Ao postular que o processo de globalização dilui as fronteiras das dimensões política, econômica, social e cultural, Boaventura aponta o surgimento de diferentes globalizações, com discursos e dinâmicas de interesses díspares e contraditórios, a partir de tensões do local e do global que, por um lado, globalizam as relações sociais e o espaço de atuação e, por outro, fortalecem as práticas sociais e culturais, nacionais e regionais (localizadas).

Giuliani (1998: 65-78) reafirma essa posição ao analisar a dialética entre o global e o local.⁷ Observa que, à medida que as forças homogeneizadoras da sociedade mais ampla – a globalização – avançam, há, em alternativa, uma revitalização das “identidades locais”, uma reafirmação de suas singularidades. Assinala, ainda, que as reivindicações de autonomia das regiões estabelecem-se para alcançar maior competitividade no mercado internacional ou para evitar os efeitos discriminadores de seletividade da modernização, mas, sempre, num processo de formação, transformação e ligação com o processo de globalização.

O autor ressalta que a forma do sistema produtivo regional depende, sobremaneira, das características singulares da região e das relações que esta mantém com a sociedade maior em determinado período histórico.

Ao complexificar a noção de região, a fim de perceber suas características específicas mais dinâmicas, reconhecer suas contribuições à sociedade e identificar suas potencialidades endógenas, Giuliani destaca que as características físicas de uma região tornam-se parte integrante dos processos sociais que nela se desenvolvem. Para ele, a natureza dinâmica do conceito de região fundamenta-se nas dimensões ambientais, econômicas, políticas e culturais, isto é, nos atributos do meio natural e no conjunto das trocas dos bens econômicos, do fluxo das pessoas e das informações que acontecem entre os lugares.

Aponta, na linha interpretativa de Scardigli,⁸ que três dimensões fundamentais identificam uma região: 1 – Um projeto de sociedade que prolonga sua história específica, de um passado vivido a um futuro desejado; 2 – A especificidade da vida econômica e social; 3 –

⁷ As considerações metodológicas de Gian Mario Giuliani sobre a problemática regional foram explicitadas na tese de doutorado *Desenvolvimento e Degradação Ambiental – um estudo na região do Médio Paraíba*, de autoria de Elza Maria Neffa Vieira de Castro. Rio de Janeiro. CPDA/ UFRRJ, 2001.

⁸ Scardigli, V. (org.). *L'Europe de la diversité: la dynamique des identités regionales*. Paris: CNRS Editions, 1993, citado por Giuliani, *ibid.*, p. 76.

O sistema regional de atores e a manifestação do modo como produz, gerencia e supera a crise de mudança. Sintetizando, “regiões são aquelas que se consolidam na história e se manifestam como tais nas mudanças”.⁹

Ao estabelecer a valorização das dinâmicas específicas internas da região como *locus* potenciais de “dimensões endógenas” de desenvolvimento, Giuliani baseia-se nas idéias de Edgar Morin¹⁰ para “ver nas características locais não somente as eventuais dimensões, por exemplo, de ‘empecilho à industrialização e à modernidade’, de ‘esvaziamento’, de ‘decadência’, mas também as dimensões reprimidas de potenciais recursos que deveriam ser compreendidas e revitalizadas para o próprio desenvolvimento regional”.¹¹

Na perspectiva de buscar elementos identificadores de uma região, postula a importância da presença e difusão de um sentimento de pertencimento a um conjunto de elementos culturais, específicos e singulares que, “preservando a cultura de origem, vivificam uma rede de solidariedade que contribui para forjar um sentimento de partilhar um mesmo destino”.¹²

À questão formulada por Scardigli (“É possível aproximar os diversos níveis de vida, unificar as diversas opções de democracia e, ao mesmo tempo, estimular a persistência da especificidade cultural?”), Giuliani responde que um grande desafio está posto aos atores sociais – a necessidade de, a partir de sua práxis, formar e reformar suas regiões, sem esperar que isso seja feito por forças externas, na expectativa de combinar o direito à igualdade econômica e social com o direito à diversidade cultural e autodeterminação.¹³

Estratégias de integração na região do Médio Paraíba fluminense

Experiências recentes de desenvolvimento na região do Médio Paraíba fluminense refletem a constituição de uma ambiência inovadora que se consolida no bojo desse rural ressignificado e no qual desenvolvem-se e institucionalizam-se formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e das redes econômicas e sociais.

Numa perspectiva de contraporem-se à competição interestadual em torno de benefícios fiscais, atores públicos, através do Fórum dos Secretários Municipais da Região do Médio Paraíba, empreenderam ações, nos anos de 1994/1995, de estímulo à formação de mercados regionais, sem a participação do governo estadual, objetivando uma cooperação intermunicipal, da qual resultou a construção da marca pública de ambiência produtiva -

⁹ Ibid., p. 76.

¹⁰ De Morin (1977) Giuliani deduz três perspectivas sobre o todo e as partes: 1- As partes de um sistema têm dupla identidade: sua identidade específica e como parte da identidade do todo; 2 – As partes de um sistema sempre têm potencialidades reprimidas pela organização do sistema; 3 – O desempenho e a forma das partes é o resultado das relações concretas mantidas com o sistema. Ibid., p. 71.

¹¹ Ibid., p. 72.

¹² P. Capellin. Mercado de trabalho e reconversão produtiva: uma revisão da literatura sociológica italiana após os anos 70. *XIX Encontro Nacional da ANPOCS*, Caxambu, 17-21 de outubro de 1995, citado por Gian Mario Giuliani. Ibid., p. 75.

¹³ Ibid., p. 76.

Mercovale.

A necessidade de integrar ações setoriais, interinstitucionais e intergovernamentais, em âmbito regional, possibilitou a ocorrência, numa etapa posterior, da implantação de Consórcios Regionais de Desenvolvimento, por meio dos quais vêm se consolidando novas políticas de desenvolvimento local, que consideram planejamentos estratégicos, orçamentos participativos e a inserção de significativos segmentos da sociedade civil como instrumentos indispensáveis ao processo de desenvolvimento humano. Nesse sentido, pode-se citar a criação do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – Ceivap, o Projeto Paraíba do Sul, o Consórcio Intermunicipal de Saúde e o Consórcio Intermunicipal de Turismo, entre outros.

Como espaço de valorização da natureza e da vida cotidiana e como estratégia de integridade ambiental, este último apresenta o turismo histórico-ecológico-rural como enquanto busca de autodeterminação, possibilidade de integralização do tempo e das relações sociais numa dimensão do trabalho como prazer e como forma de organização sob padrões de produção de qualidade sustentável. O Parque Nacional de Itatiaia; as famosas localidades de Penedo, Visconde de Mauá, Maringá e Maromba, no município de Itatiaia; a cachoeira da Fumaça, em Resende; o distrito de Falcão, no município de Quatis; a colônia italiana de Porto Real e as belezas de Rio Alto, no distrito de Barra Mansa; São José do Turvo e Ipiabas, distritos de Barra do Piraí; Conservatória, as serras da Beleza e da Concórdia, no município de Valença, além das grandes fazendas de café construídas no século XIX nos municípios de Valença, Barra do Piraí e Rio das Flores, induzem as atividades turísticas, que consolidam espaços de aventuras e passeios ecológico-culturais, atendendo a uma demanda da população urbana que se encontra em Volta Redonda, Barra Mansa, Juiz de Fora e Rio de Janeiro, para falar apenas dos mais próximos.

Tendo grande potencialidade econômica, este consórcio abre novas possibilidades para atendimento a consumidores mais exigentes em termos de sustentabilidade.

O Ceivap, por sua vez, criado pelo Decreto nº 1.842/96, postula a gestão descentralizada com participação do poder público, dos usuários e das comunidades da bacia do rio Paraíba do Sul, adotando-a como unidade territorial de planejamento e como recurso natural limitado, vulnerável e econômico, em consonância com a Política Nacional de Recursos Hídricos e com o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, instituídos pela Lei nº 9.334/97 (Brasil, 1997).

Para a gestão compartilhada e descentralizada do uso da água, esta lei estabelece novos tipos de organização, tais como o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacias Hidrográficas e as Agências de Água. Define o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, institui a outorga de direitos de uso da água, reconhece o enquadramento dos corpos de água em classes de uso preponderante e o seu valor econômico através do princípio usuário-pagador. Assim organizada, tem como objetivos assegurar a atual e às futuras gerações a disponibilidade e os padrões de qualidade da água; a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, inclusive o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável e a prevenção e defesa contra eventos hidrológicos críticos naturais ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

Neste contexto, o Ceivap, sediado no município de Resende/RJ, agrega comitês de sub-

bacias e consórcios que participam da gestão de recursos hídricos da bacia do rio Paraíba do Sul – Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul e Serra da Mantiqueira, Consórcio Intermunicipal para a Recuperação da Bacia do Rio Muriaé e Consórcio Intermunicipal para a Proteção e Recuperação da Bacia do Rio Pombo e busca a integração da bacia através dos objetivos de viabilização técnica e econômico-financeira de programas de investimento e de consolidação de políticas de estruturação urbana e regional, visando uma articulação interestadual e um desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica, de modo a garantir que as iniciativas regionais de estudos, projetos, programas e planos de ação sejam consoantes às diretrizes e prioridades estabelecidas para esta bacia como um todo.

Uma outra importante iniciativa de implantação de um sistema de gestão integrada dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, baseada no princípio usuário-pagador, ocorreu no Projeto Paraíba do Sul - Cooperação França-Brasil (1992/98).

O modelo de gerenciamento elaborado, desenvolvido e executado em cooperação por esses dois países, entre 1989 e 1992, através de um projeto-piloto para a bacia do rio Doce/MG, levou à aplicação do mesmo na bacia do rio Paraíba do Sul, devido às semelhanças das regiões.

Esquemático em três fases, o Projeto Paraíba do Sul teve como objetivos estabelecer um Painel Síntese (“Tableau de Bord”) das necessidades de gestão integrada dos recursos hídricos da bacia do rio Paraíba do Sul - (Fase A), organizar um Centro de Gerenciamento Integrado (Agência Técnica) - (Fase B) e propor a implantação de uma Agência de Bacia para o rio Paraíba do Sul - (Fase C).

A fase A, desenvolvida de janeiro a dezembro de 1992, constou de uma análise da situação da bacia, projetando, numa primeira avaliação, as ações necessárias à caracterização da situação físico-ambiental, “em termos de quantidade e qualidade da água, usos e demandas da água e fontes de poluição; definição de ações prioritárias para a recuperação e gerenciamento da bacia com avaliação dos investimentos necessários; estudo preliminar da aplicação do princípio usuário-pagador para os programas de ações prioritárias; análise da organização institucional atual e recomendações sobre as necessidades de novas estruturas gestoras e da capacitação de recursos humanos.”¹⁴

A fase B do projeto teve como principal objetivo organizar um Centro de Gerenciamento Integrado (Agência Técnica) para a bacia do rio Paraíba do Sul visando tratar, analisar e divulgar os dados relativos àquela unidade, utilizando-se do sistema informatizado de gestão de bacia “Viva-Água”. Após levantamentos, verificou-se que o custo total de implementação e operação do sistema era da ordem de 3,6 bilhões de dólares.

Evento marcante desta fase foi a manifestação “Viva a Água” durante a Eco 92, na Casa França-Brasil, no Rio de Janeiro, constituindo-se num dos eventos paralelos mais importantes da Conferência do Rio, atingindo recorde de visitação pública. Durante a manifestação foram apresentados projetos que, tendo como base a descentralização das decisões, a participação dos usuários da bacia hidrográfica e a atribuição de um valor econômico aos recursos hídricos - princípio “usuário-pagador”, iam de encontro aos temas dos debates oficiais da Conferência.

¹⁴ Projeto Paraíba do Sul - Fase B/ Relatório Síntese, p. 5.

Para a implementação do gerenciamento integrado da bacia devem ser destacadas as abordagens técnica - desenvolvimento de diagnóstico; decisória - elaboração do plano diretor integrado; financeira - criação de um sistema de financiamento do plano diretor (princípio “usuário-pagador”); institucional - proposição de soluções organizacionais - Comitê e Agência.

A implantação de uma Agência de Bacia com funções de coordenação, programação e financiamento de obras de recuperação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos da bacia, de acordo com os arranjos jurídicos e institucionais brasileiros, constituía-se como meta da Fase C, não tendo sido levada a termo devido à cisão do acordo, em 1998.

No âmbito deste projeto, entretanto, uma importante iniciativa de educação ambiental concretizou-se através do projeto-piloto Curso D'Água, cujo teor ressalta a perspectiva ética, na qual as mudanças de valores e atitudes dos sujeitos surgem como conceitos fundamentais ao alcance da sustentabilidade socioambiental. Este projeto, destinado a professores e alunos do segundo ciclo do Ensino Fundamental de escolas municipais da bacia do rio Paraíba do Sul, foi implementado, inicialmente, nos municípios de Quatis, Resende e Volta Redonda, capacitando, em 1998, 50 professores, 160 alunos e produzindo três publicações – o *Livro do Professor*, o *Livro da Comunidade* e o *Mapa da Bacia*. Tendo como objetivo informar e promover uma ampla participação da sociedade no processo de gestão integrada dos recursos hídricos, pretendia conscientizar a comunidade escolar para a importância da integração dos municípios no processo de gestão da bacia hidrográfica, viabilizar a formação de comitês de bacias, disseminar o conceito usuário-pagador, formar conceitos de cidadania em relação aos recursos hídricos, divulgar as diretrizes da Lei nº 9.433/97 e dos capítulos 18, 25 e 36 da Agenda 21.¹⁵

Em decorrência do término da Cooperação Técnica França-Brasil, o projeto-piloto foi transferido ao Ceivap e sua proposta original foi aprovada na Câmara Técnica deste Comitê e ampliada para o município de Piraí, nos anos de 1999 e 2000, além dos municípios supracitados, atingindo diretamente a 88 professores e a 760 alunos, em apoio à implantação do Sistema de Gestão desta bacia hidrográfica.¹⁶

Uma outra estratégia integradora da região - o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paraíba – assume responsabilidade na implementação de políticas públicas de caráter social e desenvolve ações organizacionais dos serviços de saúde, desde sua efetivação em julho de 1998. Congregando 12 municípios, este consórcio articula um Sistema de Informação para a Gestão, Assistência Farmacêutica, Atenção Materno-infantil, assim como o desenvolvimento de Programas de Saúde da Família, de Promoção e Vigilância em Saúde e de Qualificação Profissional. Com sede no município de Volta Redonda, este consórcio ordena as demandas do atendimento aos pacientes da região, evitando a sobrecarga dos serviços prestados por uma determinada cidade, através da Central de Regulação. No que diz respeito à especialidade médico-hospitalar, Volta Redonda constitui-se como referência

¹⁵ Nesta mesma linha de atuação, outros dois projetos de educação ambiental foram implementados, à época, *Movimento Raimundo* e *Dar as Mãos*. O primeiro, inserido no Projeto *Muda o Mundo, Raimundo*, foi implantado em 38 escolas dos municípios de Resende e Itatiaia, com o apoio técnico do MMA, Ibama, MEC, Unesco e da Fundação Roberto Marinho. O segundo, desenvolvido inicialmente numa unidade escolar estadual de Visconde de Mauá, estendeu-se para outros municípios próximos, atingindo a 650 alunos.

¹⁶ Andréa Carestiatto. “Programa Curso D'Água/Ceivap - Relatório Final” Ceivap. Resende, 2001.

em Oncologia; Barra do Pirai, Valença e Volta Redonda em Terapia Renal Substitutiva e Volta Redonda, Valença, Barra Mansa e Resende, em Hemoterapia.¹⁷

Dentre os inúmeros aspectos beneficiados pela implementação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde, pode-se citar: a) aumento da capacidade de realização das políticas públicas e de atendimento aos cidadãos, por conta de maior disponibilização de recursos e de apoio intermunicipal; b) maior eficiência do uso dos recursos públicos, tendo em vista que o volume de recursos investido no consórcio custeia demandas de maior escala, permitindo aos municípios a utilização de serviços e equipamentos mais sofisticados, inacessíveis às prefeituras isoladas; c) aumento do poder de diálogo, pressão e negociação dos municípios com os governos estadual e federal, com entidades, empresas ou agências estatais e d) aumento na transparência das decisões públicas.

Além das ações consorciadas apontadas anteriormente na área de saúde, outros projetos surgiram na região, na década passada, como por exemplo o Projeto Criança Viva da Pastoral da Criança - CNBB, criado em 1995, que conseguiu reduzir as estatísticas de mortalidade infantil e materna no município de Pirai.

Após a divulgação do IBGE do índice de mortalidade infantil deste município, que o colocava entre os 30 municípios brasileiros detentores dos maiores indicadores de óbitos infantis (uma média de 72 crianças mortas em cada 1.000 nascimentos e 42 mulheres grávidas mortas, nos anos de 1993/94), a Coordenação Regional da Pastoral da Criança decidiu pesquisar as causas e promover uma batalha pela vida, cadastrando 824 crianças para monitoramento. A carência de saneamento básico e de água tratada, o desemprego, os baixos salários (numa cidade com 20 mil habitantes, 16 mil ganhavam apenas salário mínimo), a falta de assistência ao parto (serviço pré-natal precário) e a degradação ambiental foram considerados como causas diretas e indiretas da mortalidade infantil. Incentivando o aleitamento materno até o sexto mês, o Projeto Criança Viva conseguiu que nenhuma criança acompanhada morresse; que 85% tomassem todas as vacinas necessárias; que 70% fossem amamentadas até o quarto mês e que 46% aumentassem de peso. Nesse universo, somente 17% apresentaram desnutrição e 20% nasceram com o peso abaixo do normal (2,5 kg).

Para combater a desnutrição, a Pastoral implementou o Projeto Cozinha Alternativa – criação de quatro cozinhas onde são pulverizados e misturados ao leite em pó o que se convencionou chamar de multimistura. Folha de mandioca, farelo de arroz, casca de ovo e fubá torrado são alguns dos ingredientes que compõem a multimistura dada às crianças cadastradas no programa. Lasanha de beringela, pão de abóbora e doce de casca de banana fazem parte do cardápio que combate à desnutrição com 600 quilos de produtos distribuídos mensalmente pela Pastoral da Criança.

No primeiro trimestre de 1997, o programa acompanhou 85% das crianças com até seis anos de idade residentes no município, ou seja, 3.823 crianças. Deste total, 79% foram amamentadas; 93% vacinadas; 49% ganharam peso; 11% apresentaram desnutrição; apenas duas morreram e somente cinco nasceram com menos de 2,5 kg.

O sucesso alcançado pelo Projeto Cozinha Alternativa fez com que a prefeitura municipal de Pirai desenvolvesse, em parceria com a Pastoral da Criança, cursos de corte e costura, *silk-*

¹⁷ <http://www.saude.rj.gov.br/gestor/regmedpa.shtml>, 2002.

screen, salgados e doces caseiros, preocupada em gerar empregos. Nessa perspectiva, firmou convênio com o Senai e o Sebrae, que oferecem o suporte legal para criação de cooperativas, além da capacitação da mão-de-obra local.

A extensão do Projeto Criança Viva da Pastoral da Criança – CNBB para outros municípios da região, como por exemplo Pinheiral, zerou o índice de óbitos de crianças menores de um ano e de um a seis anos, em um universo de 914 crianças acompanhadas, mensalmente, no terceiro trimestre de 2001, naquele município.¹⁸

No que se refere à reformulação de relações socioambientais, no contexto do desenvolvimento rural sustentável, a compreensão dos conceitos de agroecologia¹⁹ e de manejo integrado de microbacias hidrográficas²⁰ é fundamento necessário ao entendimento das novas ruralidades emergentes, principalmente devido ao acentuado número de estabelecimentos agropecuários com menos de 20 alqueires de terras, 69% das 3.303 propriedades²¹ existentes no final da década de 1990 na região estudada, que apresentam condições propícias à instauração de tais alternativas. A agricultura biodinâmica e familiar, as atividades artesanais, a fruticultura, psicultura, apicultura, olericultura e silvicultura (essências nativas e ervas medicinais) e os pólos industriais de pequeno e médio portes, de bases tecnológicas não poluentes, como a produção de doces e a reciclagem de papel e de lixo, são exemplos de atividades sustentáveis capazes de contribuir para a adoção de um padrão de produção agrícola que integra equilibradamente objetivos sociais, econômicos e ambientais.

Na divisa dos municípios de Rio das Flores e Valença, 42 pequenos produtores organizam-se na Associação dos Produtores Agrícolas do Barreiro, localidade onde desenvolvem atividades de agropecuária, segundo o modelo “empresa familiar”.

Caracterizado por Hugues Lamarche²² como o modelo que assume a lógica familiar, mesmo quando é utilizada força de trabalho assalariada (temporária ou permanente), e a terra como patrimônio familiar das gerações futuras, este modelo estrutura a organização do trabalho principalmente na mão-de-obra familiar. Entretanto, apesar de o chefe de família ser um produtor direto, a exploração é dependente do exterior. Esta dependência externa ou o seu caráter empresarial vincula-se, neste caso específico, às características de uma bacia leiteira, menos por seus aspectos financeiros (crédito rural) do que pela dependência tecnológica e comercial. Não obstante a criação de pequenos animais e as lavouras temporárias serem destinadas especialmente para o consumo doméstico e/ou ração animal, a

¹⁸ <http://www.rebidia.org.br/estatist/rj>, 2002.

¹⁹ Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, incluindo as dimensões ecológicas, sociais e culturais.

²⁰ Refere-se ao conjunto de medidas técnicas e gerenciais utilizadas de maneira harmoniosa, visando otimizar o aproveitamento dos recursos naturais ali existentes, em perfeito equilíbrio dinâmico entre a produção e a conservação destes recursos e do meio ambiente, tendo em vista que são as bacias e sub-bacias hidrográficas o “habitat” da população que compõe as comunidades rurais.

²¹ Cide (Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro). Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 1999-2000. Rio de Janeiro: Cide, 2000, p.421. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Censo Agropecuário 1995/1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

²² Hugues Lamarche (coord). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1983.

pecuária leiteira apresenta dependências externas no que diz respeito ao tratamento do rebanho (verminose, aftose, manqueira, raiva, carrapatos etc.); ao acesso à biotecnologia (inseminação artificial, matrizes/reprodutores etc.); aos recursos financeiros uma vez que, em sua maioria, apresenta-se como exploração autofinanciada; e ao mercado, com destinação da produção leiteira às cooperativas da região, que subjagam-na às flutuações dos preços do mercado e à baixa remuneração.²³

Recentemente, esta Associação vem incorporando, em suas práticas, o manejo integrado da microbacia do córrego do Barreiro (2.500 metros) com novas iniciativas de piscicultura, fruticultura, produção de plantas ornamentais, criação de galináceos da raça Label Rouge, além da construção de um tanque de expansão de leite e de um viveiro de cana-de-açúcar, objetivando contribuir: a) para a ampliação de uma consciência ecológica no meio rural, através do uso e manejos adequados dos recursos naturais renováveis; b) para a melhoria e manutenção do potencial produtivo do solo, através de práticas conservacionistas, tais com, adubação orgânica, uso racional de agrotóxicos, plantio em nível etc; c) para a melhoria da qualidade da água destinada ao consumo e à irrigação, através da promoção de maior infiltração da água no solo, de forma a melhorar o abastecimento do lençol freático, regularizando a vazão; d) para o aumento sustentado da produção, bem como para o crescimento socioeconômico do produtor rural; e) para a criação de ofertas de trabalho, estimulando a fixação do ser humano no campo; f) para o aprimoramento e divulgação de uma metodologia de desenvolvimento rural que contemple a participação efetiva das comunidades e que fundamente a ação do poder público.

A proteção das nascentes e a recuperação da cobertura vegetal das margens dos cursos d'água integram a preocupação desses pequenos produtores, no que diz respeito à sustentabilidade socioambiental.

Alternativas emancipatórias e desenvolvimento humano sustentável

Os indicativos apontados sugerem alternativas de solução para os espaços rurais esvaziados populacionalmente após a introdução de práticas produtivas de agropecuária, no vale do rio Preto, e de práticas industriais, no vale do rio Paraíba, a partir das representações inacabadas e abertas da modernidade, como o princípio da comunidade que, no entender de Boaventura de Souza Santos,²⁴ é o menos obstruído por determinações no domínio da regulação e, por isso, capaz de instaurar uma dialética positiva com o pilar da emancipação.

As dimensões – participação e solidariedade – deste princípio da comunidade ficaram restritas, no Estado liberal, à esfera política (cidadania e democracia participativa), mas estabeleceram-se, em muitos outros domínios da vida social, como competências não especializadas e indiferenciadas da comunidade, abrindo, assim, novas possibilidades de gestões integradas na região do Médio Paraíba do Sul.

²³ Elza Maria Neffa Vieira de Castro, Maria Julieta C. Calazans, Victor Novick, Agricultura familiar na região do Médio Paraíba do Sul in *Campo Aberto, o rural no estado do Rio de Janeiro* (org.) Maria José Carneiro et al. Rio de Janeiro, Contra Capa 1998, pp. 247-259.

²⁴ A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência in: *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2000, v.1, pp. 329-342.

A percepção da necessidade de ações complementares, de responsabilidade intergeracional, de compromissos com soluções a longo prazo, de democratização da gestão integrada da bacia hidrográfica, de alcance dos objetivos econômicos, socioambientais, políticos e culturais vem ao encontro à consciência sustentada pela perspectiva de um contrato natural e pela incorporação de um saber emancipatório, capazes de construir alternativas ao paradigma dominante. Essas alternativas são consideradas por Santos,²⁵ no espaço doméstico, como comunidades cooperativas; no espaço da produção, como produção ecossocialista; no espaço do mercado, como necessidades humanas e consumo solidário; no espaço da comunidade, como comunidades multiculturalistas inclusivas em constante processo de reconstrução e reinvenção, possibilitadoras do estabelecimento de coligações entre dignidades humanas; no espaço da cidadania, como socialismo-como-democracia-sem-fim e, finalmente, no espaço mundial, como sustentabilidade democrática e soberanias dispersas.

No município de Volta Redonda, por exemplo, a importante iniciativa de implementação do Projeto da Agenda 21 Local contribui, na atualidade, com ações que contemplam essas dimensões, consolidando a sustentabilidade humana, ambiental e econômica, sobretudo no âmbito do desenvolvimento de práticas educativas ambientais, que objetivam sensibilizar a sociedade para a necessidade de investigar, identificar, refletir e atuar no sentido de contribuir para a construção de sujeitos ético-responsáveis pela sua vida e pela do planeta.

O reconhecimento desses processos recentes de ressignificação do rural indica uma tensão no núcleo de poder hegemônico da indústria e da cidade da modernidade, isto é, demonstra que um novo posicionamento da estrutura capitalista dominante, seja pelas transformações no mercado de capitais, nas indústrias de informação, de propaganda e nas empresas transnacionais, seja nas instituições econômicas, políticas e culturais globais, é capaz de gerar uma reorganização do espaço rural.

Embora a região apresente inúmeros projetos de sustentabilidade socioambiental,²⁶ a ênfase deste trabalho deu-se nas iniciativas integradas, em virtude da possibilidade da geração de “ambiências sócio ecossistêmicas”,²⁷ na qual desenvolvem-se e institucionalizam-se formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e de redes econômicas e sociais, capazes de ampliar as oportunidades locais, gerar trabalho e renda, e criar condições para um desenvolvimento humano sustentável.

Referências Bibliográficas

²⁵ Ibid., p. 75.

²⁶ Programa de coleta seletiva de lixo (Resende/2001); Projeto Serra da Concórdia e Projeto Preguiça (Valença/1996); Programas de reflorestamento e arborização (todos os municípios/a partir de 1993); Projeto Cicuta–Recuperação Ambiental (Barra Mansa/Volta Redonda/2000-2003); Projeto Guia Mirim (Resende/2000); Índice de Qualidade de Resíduos Sólidos – IQR fecha o ciclo - Clariant (Resende/1990); Projeto Morro da Torre (Resende/1994).

²⁷ Expressão cunhada por Moreira para denominar as contingências sociais vivenciadas no passado, no presente e projetadas para o futuro, que conformam possibilidades dos indivíduos de pensar, de ser e de se comportar, seja privada seja socialmente. (2002, 4)

- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 3ª ed., Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.
- BENSAID, Daniel. *Marx, Intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CALAZANS, Maria Julieta C., CASTRO, Elza Maria Neffa Vieira de., NOVICKI, Victor. Agricultura familiar na região do Médio Paraíba do Sul in: *Campo Aberto, o rural no estado do Rio de Janeiro/* (org) Maria José Carneiro et al. Rio de Janeiro: Contra Capa 1998, pp. 247-259.
- CALAZANS, Maria Julieta C., CASTRO, Elza Maria Neffa Vieira de., MACCARIELLO, Maria do Carmo, NOVICKI, Victor. Relatório Final da Pesquisa *Educação e Consciência Ambiental – região do Médio Paraíba*. Processo CNPq nº 522763/95 (NV). Programa de Pós-Graduação em Educação/ UERJ. Rio de Janeiro, 2000, 274 p.
- CARESTIATO, Andréa. *Programa Curso D'Água/CEIVAP – Relatório Final*. Resende: Ceivap, 2001. mimeo.
- CASTRO, Elza Maria Neffa Vieira de. *Desenvolvimento e Degradação Ambiental. Um estudo na Região do Médio Paraíba do Sul*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ (Tese de Doutorado), 2001, 257p.
- CASTRO, Elza Maria Neffa Vieira e MOREIRA, Roberto José. Integração regional e iniciativas sustentáveis no Médio Paraíba do Sul, RJ. In: *Ruralidades*. Rio de Janeiro: Cpda, UFRuralRJ, n. 5, outubro, 2002.
- CIDE (Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro). *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 1999-2000*. Rio de Janeiro: CIDE, 2001.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) *Censo Agropecuário 1995/1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- GIULIANI, Gian Mario. A problemática da regionalização agrária do Rio de Janeiro: observações metodológicas. In: *Campo Aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro(org.)* Maria José Carneiro et al. Rio de Janeiro: Contra Capa , 1998, v. 1.
- LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1983.
- LEIS, Hector Ricardo. *A modernidade insustentável*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1963/64.
- MOREIRA, Roberto José. *Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação*. Cpd Ruralidades. Rio de Janeiro, nº. 1/setembro/2002.
- _____. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: *Mundo Rural e Tempo Present* (orgs.) Luiz Flavio Carvalho Costa, Regina Bruno, Roberto José Moreira. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp. 241-265.
- SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. In: *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2000, v.1, pp. 329-342.

